

# ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS POR MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA-BA

**Maria Carolina de Oliveira Silva<sup>1</sup>; Acácia Batista Dias<sup>2</sup>; Ildes Ferreira de Oliveira<sup>3</sup>**

1. Bolsista PIBIC/FAPESB, Bolsista PIBIC/FAPESB, Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [caroliina\\_002@hotmail.com](mailto:caroliina_002@hotmail.com)

2. Orientadora. Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [acaciabatista02@gmail.com](mailto:acaciabatista02@gmail.com)

3. Coordenador do Projeto Ser Tão Forte: Desenvolvimento Territorial Sustentável, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [ildesferreira@gmail.com](mailto:ildesferreira@gmail.com)

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas; Mulher; Trabalhadoras Rurais.

## INTRODUÇÃO

Este estudo está vinculado ao projeto “SER TÃO FORTE: Desenvolvimento Territorial Sustentável” (CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014 - Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET). O tema investigado refere-se à participação das mulheres nas organizações produtivas do município de Retirolândia/BA que através de um processo de politização contribui para a ressignificação do papel feminino, enquanto sujeito de direitos e a prática da cidadania, favorecendo um maior acesso às políticas públicas.

O município de Retirolândia, localizado no Território do Sisal possui uma área de 181, 461 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 12.055 habitantes. O percentual de homens com 16 anos ou mais atuantes nas atividades de agricultura é igual a 40,5%, já o percentual feminino atuante nesse setor, na mesma faixa etária, equivale a 29,2%. O número da população economicamente ativa com 16 anos ou mais corresponde a 2.392 e 3.291 hab, para o sexo feminino e o sexo masculino, respectivamente (IBGE, 2010).

As agricultoras vivenciam uma condição de invisibilidade, muitas não possuem nenhuma renda e são tratadas pelos companheiros com discriminação (FIRMO, 2010). Situação que se agrava com o pouco acesso das mulheres rurais às políticas públicas.

Mesmo com a desigualdade de gênero presente no Território do Sisal, especificamente no município de Retirolândia, é perceptível uma significativa presença de associação e/ou grupos produtivos de mulheres, os quais possuem como objetivo alcançar reconhecimento, visibilidade, ampliar a participação na economia e combater as assimetrias de gênero.

Neste processo, destaca-se a presença do Movimento de Organização Comunitária (MOC), o qual tem um relevante papel no apoio e articulação de diversos movimentos sociais, incluindo suas ações na mobilização de mulheres presentes no sisal, responsável por despertar a sociedade civil para a questão de políticas públicas. (MOREIRA, 2017)

A pesquisa desenvolvida tem como objetivo publicizar as assimetrias de gênero em áreas rurais do município de Retirolândia, expressas através dos discursos das entrevistadas, demonstrando a conscientização das mesmas sobre a situação desfavorável na qual estão imersas e a forma que as organizações produtivas favorecem o acesso às políticas públicas e uma consequente busca da autonomia pessoal e financeira.

## MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização dessa pesquisa inicialmente buscou-se referências bibliográficas a respeito do tema, seguido da leitura, sistematização e análise das informações. A

caracterização do município foi realizada através de dados secundários de fontes como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), entre outras fontes.

Foi utilizado um mapeamento dos grupos produtivos de mulheres executado pela equipe NEDET Sisal. Após a identificação dos grupos, foi feito o contato com representantes dos mesmos e realizada as entrevistas semiestruturadas, através das quais foram coletadas informações históricas, geográficas, programas sociais direcionados à população rural e as políticas específicas acessadas pelas mulheres. Por fim, as entrevistas foram transcritas, sistematizadas e analisadas.

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO**

O levantamento realizado no município de Retiroândia, com o apoio da equipe do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) mapeou 10 grupos. Contudo, as entrevistas aconteceram com representantes de seis desses: Mulheres Nativas, Mulheres Inovadoras, Sabor Gama, Mulheres de Fé, Grupo do Beiju, Grupo Prosperar, além do Grupo Delícias da Gibóia. Em geral o surgimento dos grupos não foi uma demanda que emergiu especificamente das mulheres e sim por influência externa de organizações coletivas (cooperativas, MOC), através do fortalecimento de uma mentalidade associativista construindo um senso de coletividade, sentimento de pertença, confiança e solidariedade.

Durante as entrevistas, evidenciaram-se algumas semelhanças entre as integrantes dos grupos com relação às suas trajetórias e origem social. Muitas, antes de formação do grupo, já participavam de movimentos sociais: *Na verdade, eu já participava dos movimentos sociais. É uma área que eu gosto muito e também eu fazia parte da Associação Comunitária Bastianense (...) porque a partir do momento que você se insere nesses empreendimentos solidários você acaba tendo uma autoestima elevada, você acaba aprendendo muito, aprende a ser mais solidária com o próximo. Porque quando você trabalha corporativismo, associativismo você acaba sendo mais humano.* (J. L, 30 anos, ensino superior incompleto, Grupo Prosperar).

Em geral, a inserção das mulheres no grupo de produção ocorre por motivos financeiros, representando para as mesmas uma oportunidade de geração de renda, além da flexibilidade de horários que permite a conciliação com outras atividades. Segundo Siliprandi e Cintrão (2011), a escolha da realização destes tipos de práticas produtivas está relacionada com o exercício de atividades que podem ser realizadas nos intervalos de outras obrigações e que não exigem, pelo menos de imediato, investimentos financeiros conforme demonstrado a seguir: *É uma oportunidade de emprego, é uma renda extra. Às vezes a gente trabalha, mas é em outras coisas, em casa de família e tal. E aí é uma coisa que você pode fazer em seu momento livre, é diferente de casa de família.* (J.L, 26 anos, ensino fundamental incompleto, Grupo Delícias da Gibóia).

Para além do aspecto financeiro, o grupo funciona como um meio através do qual as mulheres alcançam determinada autonomia e liberdade, já que muitas estavam aprisionadas ao seu espaço privado, além de contribuir na aprendizagem, na elevação da autoestima e no sentimento de representatividade de grupo, como foi demonstrado por uma das entrevistadas: *Quando o grupo foi unificado, tinha mulheres que não podiam sair de casa, os maridos não deixavam. Mas, a partir do momento que ela começou a participar dessas discussões, que havia muitos debates, muitos discursos, elas começaram a enfrentar os maridos. Elas conseguiram sair de casa, vim pra as reuniões, vim trabalhar.* (J.L, 30 anos, ensino superior incompleto, integrante do Grupo Prosperar )

Vale ressaltar ainda que através da participação nas organizações coletivas e movimentos, as mulheres conseguem expressar suas opiniões, manifestar suas necessidades e angústias diante das desigualdades que vivenciam, ter acesso a informação, conhecer seus

direitos, o que lhes proporciona assunção de posicionamentos políticos por direitos: *Através desses grupos as mulheres começaram a se ingressar mais nos espaços sociais, a conhecer os seus direitos, a lutar por eles.* (J.S, 30 anos, ensino superior incompleto, Grupo Prosperar)

Apesar dos benefícios proporcionados pelas organizações produtivas, ressalta-se a condição desigual que muitas mulheres rurais ainda vivenciam, principalmente no contexto da agricultura familiar. Butto et al (2011) acrescentam que enquanto os homens assumem atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, as mulheres concentram-se em atividades direcionadas para o autoconsumo familiar, com baixos salários. No entanto, a participação dentro das organizações produtivas tem proporcionado um avanço no aprofundamento da discussão das relações de gênero e do papel feminino dentro das famílias e na sociedade contribuindo para uma conscientização das integrantes e questionamentos sobre a invisibilidade política, econômica e social as quais estão historicamente submetidas, como nos demonstra A.A (60 anos, ensino médio completo, Grupo Sabor Gama): *Quando a gente participa desses debates a gente começa a entender nossos direitos, a buscar por eles. Porque não é só o homem que tem direito né? A gente mulher também tem.*

Diante desse cenário desigual e por meio da atuação através de organizações e movimentos, as mulheres mobilizadas têm conseguido interferir na agenda pública e adquirir legitimidade junto à sociedade e ao Estado, que busca incluir algumas de suas propostas nos espaços institucionais.

Além disso, é através dessas políticas que as mulheres rurais podem garantir uma renda mensal, contribuindo para reverter à condição de invisibilidade feminina e alcançar uma consequente autonomia. Entretanto, as entrevistadas informam acesso e/ou conhecimento de poucas políticas e/ou programas, como Bolsa Família, PNAE e PAA. No que diz respeito às políticas específicas para as mulheres rurais, a situação não foi diferente, as mulheres demonstraram não conhecer tais políticas, conforme salientado por J.S (26 anos, ensino fundamental incompleto, integrante do grupo Delícias da Gibóia): *Não, não sabemos nem o que é. Tem pelo sindicato, um grupo de mulheres, mas não tem muito acesso não.*

No que se refere, a forma como recebem informações sobre essas políticas públicas a maioria das mulheres enfatizaram nos seus discursos a participação efetiva do MOC, que atua desde a capacitação, até a elaboração e implementação dessas políticas, como nos conta G.L (31 anos, ensino superior completo, Grupo Mulheres Inovadoras): *Aí só através do pessoal, como por exemplo o MOC hoje. Hoje, é o MOC quem tem mais essa preocupação de tá passando pra as pessoas as políticas.* Apesar da atuação dessa entidade ter proporcionado um considerável avanço no acesso as políticas públicas, as mulheres consideram essas políticas ainda insuficientes, quando comparado aos anos anteriores e denunciaram o comodismo e o pouco envolvimento das participantes, como prováveis motivos para o insuficiente acesso a essas políticas: *Eu acho que pode ser comodismo, o não procurar se informar, procurar saber quais as políticas além das que elas acessam elas tem o direito de acessar, quais as que estão disponível.* (J.L, 30 anos, ensino superior incompleto, Grupo Prosperar).

Assim, de acordo com Pires (2016, para além dessas políticas públicas é fundamental elaborar ações que as dinamizem, contribuindo para a plena participação da sociedade civil representada, a fim de alcançar os objetivos almejados. Não cabe ao governo uma responsabilidade única na elaboração e avaliação destas políticas, é fundamental que toda a sociedade esteja atenta e inserida no processo, por se tratar de uma intervenção social que atinge a todos. Sem conhecer as políticas e suas diretrizes, o indivíduo permanece excluído, levando em conta que o governo é constituído por grupos sociais que buscam executar seus interesses, nem sempre dispostos a considerar outras categorias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de pesquisa tornou-se perceptível que as organizações coletivas propiciam para as mulheres avanços em relação à invisibilidade política, social e econômica, incentivo a autonomia, determinado reconhecimento pessoal, elevação da autoestima. Além de favorecer o processo de sociabilidade, contribuir para a ressignificação do papel feminino, enquanto sujeito de direitos, para a prática da cidadania e conseqüentemente um maior acesso às políticas públicas. No entanto, apesar alguns avançados, ainda são incipientes a participação delas nos programas sociais, principalmente no que se refere àqueles específicos para as mulheres, sendo as únicas relatadas: o ATER MULHER e o PRONAF MULHER. Esse pouco acesso foi motivado basicamente pela falta de informações sobre seus direitos, que colocam as mulheres a mercê dos interesses políticos se tornando uma barreira na mudança da lógica hegemônica de poder e de hierarquia que nutre as desigualdades. Assim, faz-se necessário a inserção de toda a sociedade civil no processo de elaboração e execução das políticas públicas, além da ampliação de espaços que torne cada vez mais público as desigualdades de gênero existentes e contribua para um processo de conscientização coletiva da sociedade em geral.

## REFERÊNCIAS

- BUTTO, A. 2011. Política para as Mulheres Rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; BORDALO, C; JALIL. L. SILIPRANDI, E; FARIA. N; BRUNO, R; WEITZMAN, R; CINTRÃO, R; SPANAVELLO, R.M; AQUINO, S.L; JUNIOR, V. J.W. Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília, p1-194.
- FARIA, N; SILVEIRA, M.L. 2005. **Feminismo e Luta das Mulheres:** Relações de gênero e agricultura familiar. Sempreviva Organização Feminista – SOF. São Paulo. p 5-67
- FIRMO, C. S. Desenvolvimento Territorial Sustentável e Gênero: o caso do território Sisaleiro da Bahia. Universidade Federal de Minas Gerais, Monografia.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), IBGE CIDADES @. 2010. [Online]  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292610&search=bahia|retirolandia>
- MOREIRA, O. M. "Lugar de Mulher é onde ela Quiser". Universidade Estadual de Feira de Santana, Dissertação. PIRES, S. M. A atuação da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Contexto das Políticas de Segurança Alimentar e a Constituição de Novas Territorialidades em Santa Luz- BA. Universidade Estadual de Feira de Santana, Dissertação.
- SILIPRANDI, E. 2011. Pobreza Rural, agricultura e segurança alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres. In: Sessão da Comissão Sobre o Status das Mulheres (CSW) DA UN WOMEN, 55. 2011, Nova York. **Artigo.** Nova York: Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, 2012. v. 1.